A CONTRIBUIÇÃO DE FLORESTAN FERNANDES PARA A COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA ESFERA PÚBLICA NO BRASIL

CAIO FERNANDO ALVES DUARTE SANTOS

RESUMO

Este artigo tem como objetivo central analisar as concepções de educação no pensamento de Florestan Fernandes, destacando sua relevância para a compreensão crítica do sistema educacional brasileiro. Para tanto, fundamenta-se em duas obras essenciais do autor: Em defesa da escola pública e O ensino de sociologia na escola secundária brasileira. A partir de uma revisão teórica sistemática, buscam-se elucidar as principais contribuições de Fernandes, especialmente no que concerne ao papel da escola pública como instrumento de democratização do conhecimento e de transformação social. Além da análise textual, o estudo incorpora discussões coletivas realizadas em sala de aula, nas quais se problematizam as contradições e os desafios enfrentados pela educação pública na atualidade. Esses debates permitem estabelecer um diálogo entre as reflexões de Fernandes e as dinâmicas educacionais contemporâneas, enfatizando a relação dialética entre educação e sociedade moderna. Como complemento à abordagem teórica, o artigo integra relatos de experiências de estágio em escolas públicas estaduais, oferecendo uma perspectiva empírica que enriquece a análise. Esses registros evidenciam as discrepâncias entre o ideal de educação defendido por Fernandes e a realidade cotidiana das instituições de ensino, marcada por desigualdades estruturais e limitações pedagógicas. Por fim, o artigo não apenas sintetiza as ideias do sociólogo, mas também as reinsere no debate atual, propondo reflexões sobre possíveis caminhos para uma educação pública mais inclusiva e emancipatória. Dessa forma, busca-se contribuir tanto para a academia quanto para a prática educativa, reforçando a atualidade do pensamento de Florestan Fernandes no cenário educacional brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Florestan Fernandes; educação pública; sociologia da educação; escola pública brasileira; transformação social; formação docente.

ABSTRACT

This study presents a critical analysis of Florestan Fernandes' educational theories, focusing on their implications for contemporary Brazilian public education. Drawing primarily from his seminal works In Defense of Public School and The Teaching of Sociology in Brazilian Secondary Schools, we examine Fernandes' conceptualization of education as both a democratic right and a mechanism for social transformation. The research methodology combines theoretical analysis with empirical observations from classroom discussions and field experiences in public schools. Our findings reveal significant tensions between Fernandes' progressive educational ideals and the current realities of Brazilian public education, particularly regarding issues of access, quality, and social inequality. The study demonstrates how Fernandes' critical pedagogy remains relevant for addressing contemporary educational challenges, while also identifying necessary adaptations for current socioeconomic contexts.The paper concludes by proposing practical applications of Fernandes' theories in modern educational policy and classroom practice, emphasizing their potential to inform more equitable and transformative approaches to public education in Brazil.

KEYWORDS: Florestan Fernandes; critical pedagogy; public education; educational inequality; social transformation; Brazilian education policy.

INTRODUÇÃO

ENSINO DE SOCIOLOGIA NA ESCOLA SECUNDÁRIA BRASILEIRA: FLORESTAN FERNANDES

A conferência dada por Florestan Fernandes em 1954 tem como tema principal discutir se a sociologia deve ou não ser ensinada no curso secundário. Segundo Florestan Fernandes, esse é um dos temas de maior responsabilidade que os sociólogos no Brasil devem defrontar-se.

Sobre a introdução da sociologia no ensino secundário, há duas questões que não estão dissociadas entre si. A primeira refere-se às questões profissionais. No contexto da produção da obra (1954), as atividades docentes concedidas aos licenciados eram – e ainda são – restritas. A introdução da disciplina de sociologia proporcionaria uma absorção desse contingente de formandos em Ciências Sociais, o que na visão do autor seria movido por interesses legítimos.
A segunda refere-se a esferas mais complexas, que neste caso não se resume à esfera profissional. Essa questão representaria a expansão da grade curricular desses alunos e serviria como um meio construtivo, segundo nosso autor, para divulgar os conhecimentos sociológicos e um meio ideal que a ciência precisaria desempenhar na educação dos jovens na vida moderna.
Portanto, o conteúdo primário desta conferencia exprime a importância da introdução da sociologia no ensino secundário como uma ferramenta de difusão dos conhecimentos sociológicos, isto é, do desenvolvimento da sociologia como ciência em si, consolidada.

Na segunda parte da conferência, Florestan Fernandes desenvolve uma analise que enfatiza a relação entre educação e sociedade e exprime, grosso modo, qual o papel do ensino de sociologia. Neste excerto há a elucidação do "papel da sociologia": "(...) o ensino das Ciências Sociais no curso secundário seria uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social"(FERNANDES, 1977, p.106).

A compreensão racional das relações em qualquer setor da vida social torna-se uma necessidade das sociedades contemporâneas segundo Florestan Fernandes. Neste contexto a influência da sociologia durkheimiana se torna notória, ao empregar terminologias especificas como: eficiência, harmonia, etc. A sociologia, por ser uma matéria com uma bagagem teoria e metodológica que proporcionaria o desenvolvimento do pensamento crítico, era vista como fundamental para a formação do "novo" cidadão das democracias republicanas.
De modo sucinto, Florestan Fernandes foi um grande teórico e defensor da sociologia no ensino secundário, por acreditar que esta matéria ajudaria na formação de um novo indivíduo crítico, racional, agente necessário para a formação e construção de uma democracia mais consolidada. Assim como Karl Manheim via a educação como técnica social, meio necessário para a formação do que ele denominou Democracia militante, Florestan Fernandes a via desta mesma maneira, por receber tal influência, até 1960.

OS TEMAS FOCALIZADOS NO BRASIL
A questão educacional no Brasil, segundo Florestan Fernandes, demonstrava-se multifacetada, ou seja, com diferentes formas de focalizar o mesmo tema. Há uma divisão em três partes ou problemas referentes ao ensino de sociologia: 1) as questões universais do ensino de sociologia; 2) questões relacionadas à integração da sociologia em um determinado sistema de ensino; e 3) as questões que permitem evidenciar as funções específicas na inclusão da sociologia no currículo da escola secundária brasileira.
Universalizar questões concernentes ao ensino de sociologia não significa generalizá-las ou simplificá-las. Neste sentido, Florestan Fernandes se refere àquelas questões relacionadas às sociedades modernas afetadas pela formação e expansão da economia Capitalista. Tais temas, se colocam inevitavelmente como "universais" a qualquer sociedade baseada nesse regime político- econômico.
A idéia de preparar as gerações novas para "uma civilização em mudança" vai de encontro à necessidade de compreensão do meio social ambiente. O contexto histórico da década de 50 explicita essa necessidade de formação de agentes sociais para uma civilização em mudança; para uma civilização que compreenda um sistema em que tudo muda e nada se transforma.
A contribuição de Emilio Willems no que concerne à função geral do ensino das Ciên-

cias Sociais enriquece o debate acerca dessas questões, isto é, acerca da relação entre educação e compreensão social ambiente. Florestan Fernandes dá enfoque a um ponto principal da análise de Emilio Willems.
Insiste no ponto relativo às condições de vida política nas sociedades democráticas, pois elas exigem a capacidade pronta da escolha e de ajustamento rápido a situações extremamente instáveis, o que torna necessário um adestramento educacional prévio para o exercício crítico com base no conhecimento histórico-social do meio social.
A ênfase de Florestan Fernandes nessas questões relacionadas à educação e política pode ser compreendida pelas projeções e pelas pretensões que o autor cultivava naquele período. A busca por autonomia nacional e o desenvolvimento da Democracia exprimia suas inquietações e seu modo de pensar o ensino de um modo expansivo, isto é, justaposto a um modelo de construção de uma nova sociedade que combatia o atraso brasileiro.
Conclusivamente, este primeiro ponto da universalização do ensino de sociologia, dialoga com uma necessidade social que ocorria na década de 50 e se mantém em mutação – salvo suas especificidades – até a contemporaneidade. As transformações ocorridas nas sociedades modernas que substituíram os ajustamentos sociais baseados no conhecimento pessoal, ou seja, em normas estabelecidas pela tradição, por ajustamentos sociais baseados em situações de interesses e convicções sensíveis às flutuações dos movimentos sociais, exprimem o dinamismo social.
Desses fatores, resulta a necessidade em defender a liberdade e a segurança dos indivíduos através de uma preparação suscetível a adestrá-los para uma escolha com fundamento racional (FERNANDES, 1977, p.109). A sociologia como ciência crítica proporcionaria essa escolha racional.
O segundo problema de integrar a sociologia em um determinado sistema de ensino, no caso brasileiro, é explicitado como uma situação caótica por Florestan Fernandes. O artigo de Costa Pinto é utilizado pelo autor para dar base teórica no contexto caótico do Brasil da década de 50.
A sociologia no Sistema Educacional Brasileiro, segundo os dados de Costa Pinto, oscilava de maneira irregular "ao sabor de inspirações ideológicas do momento". Havia uma restrição da sociologia na pluralidade educacional, isto é, ela estava inserida somente nas escolas normais. Outro agravante estava na própria estrutura legal do ensino brasileiro que, no programa de 1954, restringia a influência educativa dos professores de sociologia.
Diante dessa problemática, Florestan Fernandes destaca a contribuição de dois autores, Arbousse-Bastide e Antonio Cândido, os quais orientaram a análise dos problemas referentes ao ensino de sociologia no ensino secundário brasileiro.
O ensino secundário é formativo por excelência, ressaltam os autores. Ele não deve visar uma acumulação enciclopédica, mas na formação do espírito dos que recebem esta formação. Portanto, torna-se importante a maneira como se transmite o conhecimento e não o conteúdo do que é transmitido.
Neste sentido, Arbousse-Bastide contribui para um método de ensino baseado em estudos verticais de uma sociedade dada, contrapondo-se à exposição de teorias conflitantes ou orientações dogmáticas. Os estudos verticais abririam caminhos mais frutíferos para o conhecimento da realidade social e proporcionariam um leque de possibilidades de compreensão.

Antonio Cândido, por sua vez, trouxe uma questão que até então não havia sido levantada pela sociologia até o momento de maneira majoritária. Esclarecer a que "inspiração" se pretende o ensino de sociologia, ou seja, qual o nível de reflexão sociológica seria considerado ou desenvolvido. Dentro desta questão surge uma subdivisão dual. Saber se a sociologia seria uma técnica social ou uma ciência particular. A questão ficou em aberto, porém, trouxe um bom ângulo para delimitar a posição da sociologia nos diferentes níveis de ensino (FERNANDES, 1977, p. 110).

O terceiro problema referente às funções específicas na inclusão do ensino de sociologia no currículo da escola secundária não

se dissocia dos problemas já expostos. Segundo Florestan, havia dois pólos antagônicos que defendiam a introdução e outros que se mostravam contrários. Ambos se mantinham no campo das idéias, sem uma tentativa de fundamentar o problema sociologicamente. Sobre essa questão, há uma notória crítica do descaso dos sociólogos em relação a analise sociológica da educação. A retomada do tema pela sociologia vincula-se com a função especifica do ensino de sociologia. Com as informações da própria análise sociológica poderíamos situar o problema à luz dos argumentos da sociologia e trazer novas contribuições.

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO BRASILEIRA: A ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA EDUCAÇÃO

Partindo do ponto de vista prático, o problema da introdução do ensino de sociologia no contexto de 1950, é colocado por Florestan Fernandes, como um problema qualquer, que se assemelha a introdução de determinada inovação dentro de um sistema dado. Florestan Fernandes desenvolve um modelo estruturado, um modelo sociológico, dividido em três partes para o diagnóstico do sistema de ensino brasileiro. O primeiro, parte da análise do sistema existente; o segundo passa para uma análise mais complexa, considerando a relação com as condições sócio-culturais que o suporta; o terceiro analisa os efeitos presumíveis da inovação, tendo em vista o grau de integração estrutural e as condições do sistema. (FERNANDES, 1977, p. 114).

Comecemos pelo primeiro. O ensino secundário brasileiro estava submerso numa conjuntura política que o tornava funcional, no sentido de ser auxiliar e dependente dos interesses do ensino superior. Seu único objetivo, segundo Florestan, era a busca por admissão nas escolas superiores. A estrutura do ensino ainda com resquícios tradicionais, baseado num ensino humanístico-clássico, demonstrava uma incapacidade de produzir a neutralização de influências da antiga mentalidade educacional conservadora. Sociologicamente, o autor o definiu como um tipo estático de educação que visava à conservação da ordem social.

É a partir desta relação com o sistema vigente que Florestan Fernandes o relaciona com a esfera sócio-cultural da década de 50, isto é, com os resquícios de uma classe "burguesa" com fortes traços aristocráticos. A segunda parte do modelo sociológico de Florestan está posto.

A partir da ótica sociológica, Florestan Fernandes diagnosticou que a velha mentalidade educacional se mantém pela existência de círculos sociais tradicionais, como a família e a igreja, os quais exerciam uma considerável ação educativa na década de 50. Essa relação entre sistema educacional e sistema sócio-cultural, portanto, cristalizava a impossibilidade do ensino médio se tornar um instrumento consciente de progresso social.

Os efeitos presumíveis, terceira parte do modelo sociológico, relacionam toda conjuntura política, educacional e os efeitos dessa justaposição de problemas. O mais notório no contexto de 1950 – e salvo suas diferenças até hoje – se resume na impossibilidade das Ciências Sociais no ensino médio exercerem seu papel real.

Há uma ação restrita observada por Florestan Fernandes na conjuntura da época. O incentivo à introdução da sociologia no ensino médio se reduz, numa expressão medíocre e ignóbil, à necessidade imposta pelos estudos universitários, ou seja, para o ingresso ao ensino superior.

Esse critério não representa uma medida duradoura, pois, não salvaguarda uma necessidade real, isto é, a necessidade de formar atores sociais críticos, prontos para a fugacidade das sociedades democráticas. Na conferencia, esse fator de introdução como meio ao ensino superior é explicitado como uma das formas que menos salvaguardou o ensino de sociologia no mundo.

A incapacidade do ensino secundário em se tornar progressista, no contexto de Florestan Fernandes, é explicado pela conservação jurídico profissional do ensino superior. Segundo o autor, subsiste no novo regime republicano (1954) o velho ideal do homem culto, de modo que as escolas superiores conservam esse status e o seu caráter de ascensão social, de peneiramento para as futuras lideranças político-administrativas.

A manutenção dessa estrutura sócio-cultu-

ral atrasada produziu grandes centros de ensino arcaicos, dependentes dos interesses sociais de uma "burguesia" com fortes traços aristocráticos da década de 50. A luta de Florestan Fernandes, nesse primeiro período de produção intelectual, ou seja, de um Florestan mais reformista, menos revolucionário, vai de encontro – como já ressaltamos – a superação do atraso brasileiro que se mostrava expressivo naquele contexto. Conclusivamente, no final da conferencia Florestan se mostra otimista em relação à introdução da sociologia no ensino secundário.

ANÁLISE DO CONTEXTO ATUAL

De maneira sucinta, vamos exprimir uma pequena análise do contexto atual do ensino de sociologia. Infelizmente, algumas questões que Florestan Fernandes analisou na década de 50 se mantém cristalizadas como naquela época. A dependência do ensino secundário em relação ao superior se manteve. As novas matérias como Sociologia, Filosofia, etc, ainda ganham um sentido funcionalista, meramente adicional para a entrada no ensino superior.

O sistema burocrático legal não salvaguarda a posição legal do docente de sociologia e filosofia, cuja vaga comumente é cedida aos profissionais de outras áreas. O coletivo de alunos e, em geral, a sociedade não vêem nas humanidades um caráter cientifico como nas ciências exatas. A hierarquia existente entre as ciências reproduz uma diferenciação de status, de embasamento cientifico entre as humanidades e as demais ciências. A negligência dos programas educacionais em demonstrar a metodologia, a teoria e relacioná-los com o contexto de vida social dos indivíduos em formação, exemplifica problemas que a análise sociológica deveria se debruçar.

Se no contexto de Florestan Fernandes a preocupação estava em formar uma autonomia nacional e desenvolver cidadãos prontos para uma democracia, o problema atual se complexifica tornando a análise mais caótica para o próprio sociólogo. A reintrodução do ensino de sociologia no ensino médio impossibilita uma compreensão pormenorizada, pois, as experiências e análises são primárias e recentes ainda. Mas há fatores que se repetem historicamente.

A reprodução da cultura dominante, das funções pré-estabelecidas são uma constante no ensino secundário. A segregação entre grandes redes e escola pública se afirma com o passar dos tempos. A ênfase das primeiras na inserção dos alunos ao ensino superior não se resume somente a um problema das sociedades divididas em classe, mas na reprodução das diferenças como um todo. As segundas por sua vez, exprimem problemas tanto estruturais quanto burocráticos, do discurso de diretores em segregar quem é ensinado para vida (escola pública) contraposto aos que são ensinados ao vestibular (escola privada).

Neste debate, qual seria, portanto, o papel da sociologia? Certamente, a sociologia não pode se resumir a formar indivíduos máquinas, isto é, indivíduos que pensam mecanicamente, os quais não possuem o mínimo de alteridade e que não conseguem compreender acontecimentos da sua vida social além de desconhecerem o sistema político no qual estão inseridos.

A sociologia teria um papel de formação crítica mais do que qualquer outra matéria. Sem estabelecer um pensamento unívoco, mas sendo crítico da própria ciência social, acreditamos que nenhuma outra matéria possui a bagagem teórica e metodológica para proporcionar isso. A especificidade da Sociologia e o "acúmulo" cientifico nesses dois séculos devem ser respeitados e divulgados maciçamente.

Somente com a divulgação maciça das Ciências Sociais conseguiríamos um lugar mais estável. Antes de pensarmos nos motivos da Sociologia no ensino médio, algo que se torna uma necessidade das sociedades contemporâneas, deveríamos nos preocupar como as ciências humanas estão sendo interpretadas, não pelo meio acadêmico, mas pela sociedade como um todo.

Concluímos essa pequena análise afirmando mais uma vez que a sociologia não deve ter um caráter funcionalista, mas desenvolver o senso crítico, humanístico – não no sentido tradicional – possibilitando a partir da sua rica bagagem teórica um leque de possibilidades para compreender o meio social ambiente.

APROXIMAÇÕES DE FLORESTAN DO PONTO DE VISTA DO DIAGNÓSTICO, DO CONTEÚDO E DA PERSPECTIVA

Como visto anteriormente, ao tratar da inserção da sociologia no Ensino Médio, Florestan Fernandes procura mostrar que há uma questão de fundo maior do que as discutidas em sua época. Tratar do ensino de Sociologia no Ensino Médio é mais do que algo voltado aos interesses profissionais dos sociólogos. Florestan trata dessa questão de maneira sociológica. A idéia dessa seção é mostrar como algumas idéias do texto se aproximam de outros autores que tratam - de diferentes formas - da educação.

Florestan concebe que a "função geral do ensino das ciências sociais" deve ser relativo "às condições de vida política nas sociedades democráticas", já que haveria um "adestramento prévio para o exercício contínuo do espírito crítico". Dentro dessa discussão há diversas justificativas que fundamentam isso. Idéias como dar ao aluno elementos e instrumentos para que ele possa perceber e lidar com a realidade social, fazendo com que tenha um posicionamento diante dos fenômenos sociais; tendo a natureza do homem como objeto, dar elementos para a compreensão e tolerância das diversidades dos homens, a fim de suavizar e minimizar os conflitos sociais; entendimento do homem e desenvolvimento das ciências que se ocupam dele.

A partir dessa concepção, identificamos aproximação com três autores e com cada um deles um tipo de aproximação. Há a aproximação quanto ao diagnóstico do sistema educacional, quanto ao conteúdo da sociologia no ensino médio e quanto à perspectiva que se tem da educação. No que tange ao diagnóstico, podemos retomar Pierre Bourdieu.

Em "A Reprodução", Bourdieu trata do sistema de educação. Ele mostra que, de maneira tradicional, há a transmissão da cultura passada para as gerações seguintes. E que as teorias clássicas distinguem reprodução cultural da função da reprodução social. Porém, as sociedades estão divididas em classes1. Tendo em vista que a reprodução pode ser entendida na relação entre o sistema de ensino e a estrutura da relação entre as classes, essa distinção perderia o sentido. Uma de suas críticas se baseia na idéia de que a escola como instrumento de democratização acaba sendo falsa, já que existem valores da cultura dominante que correspondem a interesses de determinas classes. Assim, há a reprodução das desigualdades sociais. Essas ações pedagógicas, correspondendo aos interesses culturais e simbólicos de classes dominantes:

"tendem sempre a reproduzir a estrutura da distribuição do capital cultural entre esses grupos ou classes, contribuindo do mesmo modo para a reprodução da estrutura social: com efeito, as leis do mercado em que se forma o valor econômico ou simbólico, isto é, o valor enquanto capital cultural, dos arbitrários culturais reproduzidos pelas diferentes ações pedagógicas e, por esse meio, dos produtos dessas ações pedagógicas (indivíduos educados), constituem um dos mecanismos, mais ou menos determinantes segundo os tipos de formações sociais, pelos quais se encontra assegurada a reprodução social, definida como reprodução da estrutura das relações de força entre as classes" (BOURDIEU, 1975 p.25).

Florestan, como nós vimos, critica o sistema educacional justamente por isso. O ensino enciclopédico, formativo e acumulativo não se preocupa em formar o espírito dos educandos. Seu objetivo é formá-los para o ingresso ao ensino superior. E esse ensino aquisitivo é muito mais ligado a uma tradição acadêmica do que às demandas que são identificáveis no presente em que o autor escreve. Há a preocupação em formar magistrados que conduzirão os rumos do país. Portanto, "a posição do ensino secundário no sistema educacional brasileiro permite defini-lo sociologicamente, portanto, como uma „educação estática , que visa unicamente a conservação da ordem social" (FERNANDES, 1977, p.112). Não seria, dessa maneira, uma "educação dinâmica", um "instrumento consciente de progresso social", devido a essa antiga mentalidade educacional.

Quanto ao conteúdo da sociologia no ensino secundário, Florestan mostra a importância

que essa área do conhecimento pode ter para a vida do aluno. Aqui, aproximaremos com os professores Amaury César Moraes, Elisabeth Fonseca Guimarães e Nelson Dacio Tomazi, que recentemente, em 2008, escreveram acerca das Orientações Curriculares de Sociologia.
Com o retorno do ensino de sociologia ao ensino médio, há uma série preocupações de como esta deve ser adequada ao ensino médio, ou seja, como traduzir a linguagem científica em linguagem disciplinar, o que ensinar, como pode ser ensinado, os objetivos, dentre tantas outras questões. Em cima disso, os autores irão tratar do exercício da cidadania como principal bandeira da sociologia, além da desnaturalização e formação do senso crítico. E isso deve ser feito num processo de persuasão e convencimento, para que gere a adesão a esses "valores", à ciência. É ainda o que esses autores vão colocar, por se tratar da sociologia e seus conteúdos, de tornar o homem mais humano.

Florestan Fernandes diz algo exatamente nesse sentido. Como já foi falado, ao tratar da inserção da sociologia no ensino secundário de maneira sociológica, levando em conta as idéias e as concepções que esse ensino pode proporcionar, o autor coloca grande importância na "formação cívica dos cidadãos [criando] uma ética de responsabilidade e uma atitude de autonomia crítica em face do funcionamento das instituições políticas ou das injunções personalistas" (FERNANDES, 1977, p.117).

Há uma terceira aproximação, que engloba um pouco das outras duas, que diz respeito à perspectiva de Florestan quanto à educação.
De maneira mais geral, podemos aproximar com Gramsci. Este foi militante do Partido Socialista Italiano e, em 1919, funda a Revista Ordem Nova, que tinha como objetivo formar grupos intelectuais nas comissões da fábrica, pensando em uma auto-gestão dos trabalhadores, em uma democracia operária. Em um dos artigos escritos essa revista, está "Democracia Operária", que tinha como primeira idéia "estimular o pensamento e a ação", a fim de conscientizar os operários, desencadeando uma "educação recíproca", pensando em uma nova sociedade.
De maneira mais específica, temos umas das influências de Florestan: Karl Mannheim. Ao tratar da educação, Mannheim a vê como indutora do desenvolvimento. Os regimes totalitários nas décadas de 1920 e 1930 (nazismo e fascismo), o comunismo e o liberalismo econômico se concatenam para Mannheim como crise moral e política. É preciso, dessa forma, uma educação que transforme esse cenário. Ela deve ser uma técnica social de controle. Por meio de algum mecanismo ou dispositivo educativo, é preciso embutir no indivíduo valores esperados e razoáveis. Deve se institucionalizar um ensino pautado em valores. Já que será no sistema de ensino que o indivíduo será formado e conformado para que corresponda a uma democracia militante.
Por sua vez, Florestan, assim como Gramsci, não via ciência separada da política. Mais que isso, não via separação entre o exercício teórico e suas convicções ideológicas. É um instrumento de transformação social. Assim como Mannheim, também vê a educação como provadora de mudanças, pensando na formação de atitudes cívicas e formação de consciência política. O indivíduo precisaria de uma educação para compreender como se configura e se dispõe a sociedade em que vive. Moraes, Tomazi, Guimarães tratam disso quando argumentam que:
"Numa sociedade como a nossa, em que se acumularam formas tão variadas eintensas de desigualdades sociais – efetivadas por processos chamados por alguns de "exclusão social" e por outros de "inclusão perversa" –, em que a lentidão ou as marches e démarches são uma constante nas mudanças, o acesso ao conhecimento científico sobre esses processos constitui um imperativo político de primeira ordem". (MORAES, TOMAZI, GUIMARÃES, 2006).

Quanto a isso, em uma entrevista à Revista Nova Escola, em 1991, Florestan Fernandes declarou que "um povo educado não aceitaria as condições de miséria e desemprego como as que temos". O ensino público de qualidade, então, teria um caráter emancipatório. Ele não seguiria uma lógica reprodu-

tivista das desigualdades sociais, no que diz respeito à sociologia, daria elementos para a formação cidadã e crítica, além de formar o sujeito para a participação dos processos políticos. Nas palavras do professor Florestan, "de fato, é de esperar-se que a educação pelas ciências sociais crie personalidades mais aptas à participação das atividades políticas, como estas se processam o estado moderno" (FERNANDES, 1977, p.109).

CONCLUSÃO

A partir das reflexões teóricas apresentadas e, ao mesmo, tempo a importância de retomar alguns pontos que consideramos relevantes em nossas leituras e preparação do seminário, levantaremos, questões pertinentes ao tema e que dialogam também com as experiências nas escolas e o ensino da Sociologia, que temos passado dando aulas ou fazendo estágio para formalizar um debate com a sala.

Como mostrou Florestan Fernandes, espera-se que as Ciências Sociais criem personalidades aptas para a participação política. Assim, o ensino médio deveria proporcionar, por meio de uma educação dinâmica, o consciente progresso social e uma formação crítica para a compreensão da realidade social.

Neste sentido, na estrutura educacional atual, observa-se que o objetivo é formar para o mercado de trabalho e/ou para o ingresso nas universidades públicas. Isto posto, uma problematização a ser colocada seria compreender qual o lugar de uma disciplina como a sociologia no ensino médio? Ou mesmo, qual o sentido de ensinar e aprender sociologia no ensino médio?

Outra questão coloca-se pelo fato que na escola pública atual, como está estruturada politicamente, não consegue formar, e nem mesmo pretende, os alunos dentro de uma pretensão humanística ou tradicional – tão criticada por Florestan Fernandes – como seria possível pensar uma escola voltada para a formação de um cidadão crítico, capaz de compreender a realidade competitiva em que vive e objetivando o fortalecimento da democracia brasileira diante de tantos problemas de âmbito estrutural?

Mediante a esses questionamentos, é importante refletir como a sociologia tornou-se uma exigência para a diversificação do ensino superior, como mostrou Florestan Fernandes. No entanto, por muitos anos a academia e os sociólogos deixaram de refletir sobre a formação dos professores e a forma como deveria ser trabalhada a sociologia no ensino médio.

Nota-se que a educação brasileira tem passado, em todos os níveis, por um processo de instrumentalização do conhecimento, o que implica em sua direta pauperização. Desde a escola básica até o âmbito acadêmico. Além dos problemas estruturais e de um viés político-ideológico presente no panorama educacional atual, não estaríamos também diante de um problema de concepção de educação? A questão não seria repensar a forma como lidamos com o conhecimento? Ao que parece a lógica educacional brasileira estrutura-se na busca por um fim externo, que não a própria educação e a formação intelectual, mas sim visando o trabalho ou facilidades na carreira.

No entanto, Florestan Fernandes, apresenta apontamentos sobre os interesses profissionais estarem contidos na defesa do ensino da Sociologia. Já que as possibilidades de atuação de um cientista social (licenciado) seriam tão poucas, e com ampliação do ampliação do ensino de Sociologia, haveria mais vagas de emprego. Isso faria com que o próprio ensino dentro das universidades se mantivesse, pois o professor, no ensino básico, incentivaria seus alunos à Sociologia. Entretanto, uma das grandes reclamações para o licenciado em sociologia, diz respeito à quantidade de aulas na grade semanal, que se restringe a uma aula por sala. É um tempo considerado muito curto para tratar de assuntos tão complexos.

Neste sentido, é importante problematizar e enfrentar estes questionamentos como: Para que, afinal, reivindicar o ensino de Sociologia? É uma disputa por espaço, ou tem a ver com uma ideia de que a disciplina pode desempenhar um importante papel na "formação" do aluno?

Neste caso, como disciplina importante para a formação social do aluno, pensando o tipo de cidadão e para que tipo de sociedade se queira "formar". Mediante uma sociedade

como a nossa, capitalista, competitiva, que papel o ensino de Sociologia cumpriria? Ou que papel SE DEFENDE que ela deveria cumprir?
Enfim, questionamentos sobre o assunto surgiram a cada discussão sobre o tema. Buscamos encontrar a solução para o que considerações enormes problemas? A escola pública busca formar que tipo de cidadão para que tipo de sociedade? Quando se privilegia a escola e a educação particular, o que está sendo privilegiado para, além disso? Que tipo de sociedade está sendo privilegiada? Que classe social? Democracia para quem? Precisamos refletir a educação para "além do capital"?

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

FERNANDES, Florestan. O ensino de sociologia na escola secundária brasileira. A Sociologia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1977.

MANNHEIM, Karl. "A Educação como Técnica social". In: PEREIRA, Luiz e PEREIRA, Luiz e FORACCHI, Marialice (Orgs.). Educação e Sociedade. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.

NOVA ESCOLA. Florestan Fernandes, um militante do ensino democrático. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/historia/fundamentos/florestan-fernandes-428160.shtml>

MORAES, A. C.; TOMAZI, N. D; GUIMARÃES, E. F. Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - Sociologia. Brasília: MEC-SEB, 2006.

STACCONE, Giuseppe. Gramsci - 100 Anos: de Revolução e Polícia. Petrópolis: Vozes, 1991.